



Gráfico 1: Desmatamento Anual no Estado do Pará.

O Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA) é a principal plataforma de ações para a redução sustentada do desmatamento no Pará e traz uma visão estratégica de longo prazo com meta de promover a redução de, no mínimo, 37% das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) provenientes da conversão de florestas e do uso da terra, até 2030 – em relação à média entre os anos de 2014 a 2018, a partir de então, espera-se ampliar esta performance, para 43% de redução até dezembro de 2035.

Ao passo em que se busca reduzir o desmatamento de maneira progressiva, também se intensifica a regeneração vegetal em 5,65 milhões de hectares (ha) até o ano de 2030, e com apoio adicional ao esforço doméstico, ampliar a performance para 7,41 milhões ha até dez/2035, valor que representa sozinho, 61% da meta alçada pelo Brasil no âmbito de sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC).

2. MUDANÇA DO CONTEXTO A PARTIR DA ESTRATÉGIA DE BIOECONOMIA

O governo do Pará no Séc. XXI, exerce o papel preponderante na concertação dos esforços, no setor privado, instado a incentivar investimentos e a formação das capacidades humanas em ciência e tecnologia (C&T) para trazer inovação ao ambiente produtivo e de negócios em bioeconomia, e repartir de forma equitativa a riqueza do estado com a sua população. Essa responsabilidade é compartilhada com o mercado financeiro, terceiro setor e a sociedade; de forma coordenada e contemplando os diversos interesses desses atores.

Afinada com a posição do Governo do Pará e com as aspirações da sociedade regional, o uso inteligente e responsável da biodiversidade é a melhor possibilidade do resgate social e econômico para a Amazônia, a fim de garantir padrões sustentáveis ao longo prazo. A criação de um ciclo virtuoso de desenvolvimento no país, tendo o Pará como modelo, contribuirá, decisivamente, não apenas para a elevação das condições de vida, mas, decisivamente, para a elevação do patamar do PIB nacional, com o carimbo definitivo do passaporte da Região Norte à Sociedade do Conhecimento, que configurará e dinamizará, cada vez mais a realidade do século XXI.

Essa iniciativa é necessária para equilibrar o desenvolvimento econômico regional com a gestão adequada dos recursos naturais, que é um grande desafio e demanda eficiência nas ações de combate ao desmatamento ilegal e na adoção de políticas públicas que fomentem alternativas econômicas mais sustentáveis para a Amazônia e para o Planeta. Nesse sentido, movimentar a economia, a partir do capital natural presente na floresta, através da bioeconomia, é uma oportunidade rápida e eficiente para promover este cenário, a partir do desenvolvimento justo, vocacionado nas qualidades regionais, de forma a repartir benefícios com a sociedade local.

2.1. CONCEITO DE BIOECONOMIA

A bioeconomia, apesar de não ser uma ideia nova, é um conceito que ainda não está claramente estabelecido, e possui diversas definições. Os conceitos variam desde uma bioeconomia baseada na produção extrativista florestal, a uma biotecnologia voltada para soluções tecnológicas, como também numa bioeconomia circular de reaproveitamento energético e baixo impacto ambiental.

Na Europa, por exemplo, está fortemente associada à substituição de combustíveis fósseis por energias renováveis; já nos Estados Unidos está mais ligada à vertente biotecnológica e de bioengenharia, com investimentos na produção de fármacos e novos materiais. No Canadá considera-se um campo multidisciplinar relacionado às indústrias de saúde, energia, agricultura, produtos químicos e materiais especiais. E na Costa Rica, volta-se para um forte componente ligado à conservação e regeneração de recursos biológicos e serviços ecossistêmicos.

No Brasil há também diversos conceitos de bioeconomia, que refletem em grande parte, o cenário internacional. Para citar alguns:

O Ministério de Ciências, Tecnologia e Inovação (MCTIC) considera "O conjunto de atividades econômicas baseadas na utilização sustentável e inovadora de recursos biológicos renováveis (biomassa), em substituição às matérias-primas fósseis, para a produção de alimentos, rações, materiais, produtos químicos, combustíveis e energia produzidos por meio de processos biológicos, químicos, termoquímicos ou físicos, promovendo a saúde, o desenvolvimento sustentável, o crescimento nacional e o bem-estar da população".

Para a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) "A bioeconomia surge como resultado de uma revolução de inovações na área das ciências biológicas. Está relacionada à invenção, desenvolvimento e uso de produtos e processos biológicos nas áreas da biotecnologia industrial, da saúde humana e da produtividade agrícola e pecuária".

Para o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a Bioeconomia é a atividade econômica baseada no desenvolvimento e utilização de novos produtos e processos biológicos nas áreas: agrícola, pecuária, saúde humana, biotecnologia industrial, tecnologias de informação, nanotecnologia, biociências, robóticas e materiais, com o objetivo de gerar conhecimento e novas tecnologias que sejam utilizadas por empresas e pela sociedade.

A Embrapa entende que a Bioeconomia é um modelo de produção industrial baseado no uso de recursos biológicos. O objetivo é oferecer soluções para a sustentabilidade dos sistemas de produção com vistas à substituição de recursos fósseis e não renováveis.

Importante destacar que há uma tendência em se abrir o escopo de bioeconomia para englobar a visão de que não se trata somente de atividades produtivas a partir do uso sustentável de recursos biológicos, mas de uma forma mais abrangente, que entende essa nova economia como uma maneira de aumentar a eficiência no uso dos recursos naturais, incluindo tecnologias sociais, eficiência no campo, serviços ambientais e o ecoturismo. Nessa lógica, a geração de valor pela inovação se dá de formas diferentes, não só pela biotecnologia e agregação de valor macroeconômico na forma de inovações de produto, processo e matéria-prima, mas também de inovações sociais, organizacionais, de mercado e modelos de negócio inovadores a partir de práticas ambientalmente saudáveis.

A sustentabilidade aqui aparece de forma completa e integrada, abrangendo as dimensões sociais, ambientais e econômicas na mesma proporção. Trata-se não apenas da obtenção de novos produtos a partir de tecnologias inovadoras, mas do uso de novas tecnologias para promover maior eficiência na produção, com o menor uso de recursos naturais (ex. água, terra), menor impacto ambiental (redução da emissão de CO₂ ou maior retenção de carbono), maior impacto social (manter comunidades no campo, gerar valor a cultura e aos produtos das comunidades tradicionais, repartir benefícios) e, não menos importante, maior impacto econômico (geração de renda e emprego).

Essa estratégia foi elaborada para criar respostas sobre qual a Bioeconomia que se espera para a Amazônia, mais especificamente para os desafios ambientais e climáticos que o Pará enfrenta. Esses desafios geram impactos severos no desenvolvimento socioeconômico do estado, por isso a Bioeconomia vem como uma variável econômica capaz de dar resposta a esses desafios, mitigando os riscos socioambientais a curto, médio e ao longo prazo.

2.2. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO ASSOCIADO A BIOECONOMIA No Estado do Pará a Bioeconomia se estabelece como um modelo de desenvolvimento de soluções pautadas pela natureza. Os desafios ambientais e climáticos trazem externalidades para a sociobiodiversidade paraense. Investimentos crescente em biotecnologia e bionegócios fazem parte dessa estratégia também, para aumentar o desenvolvimento tecnológico e agregar valor aos recursos florestais.

Segundo a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca, o Pará em 2019 foi líder na produção nacional de: abacaxi (produção de 311.947 mil frutos); açaí (1.320.150 toneladas); cacau (128.961 toneladas) e dendê (2.543.814 toneladas)⁶. Aproximar a universidade das empresas agroextrativistas, diversificando as cadeias produtivas dos recursos da biodiversidade, promovendo uma economia circular de baixo carbono, com aproveitamento dos resíduos, também é prioridade dessa estratégia.

Isto porque, a participação paraense nas exportações de produtos considerados da sociobiodiversidade é a mais pujante entre todos os estados da Amazônia, com quarenta e quatro (44) produtos compatíveis com a floresta. Desse modo, existe um grande esforço político no Pará para se regular e organizar os mercados e a economia de base florestal, incentivando a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação, provenientes destes insumos agroflorestais produzidos no território.

2.3. INTEGRAÇÃO COM OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS, NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Equilibrar o desenvolvimento econômico com a gestão adequada dos recursos naturais é um grande desafio, que demanda eficiência nas ações de combate ao desmatamento ilegal e na adoção de políticas públicas para fomentar alternativas econômicas mais sustentáveis. Nesse sentido, movimentar a economia, a partir do capital natural presente na floresta, através da bioeconomia, é uma oportunidade para responder a este cenário, focando no desenvolvimento justo e vocacionado dos recursos humanos regionais.

6 <http://sedap.pa.gov.br/dados-agropecuarias/agropecuaria>